



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO UNILEÃO
CURSO DE BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCA JOSILEINE DA SILVA DE SOUSA

**O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS COMO
FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO NA VIDA DOS ASSISTIDOS**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

FRANCISCA JOSILEINE DA SILVA DE SOUSA

**O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS COMO
FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO NA VIDA DOS ASSISTIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à comissão nomeada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNILEÃO – Juazeiro do Norte CE, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof^ª. M^a Clara Oliveira Figueiredo

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

FRANCISCA JOSILEINE DA SILVA DE SOUSA

**O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS COMO
FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO NA VIDA DOS ASSISTIDOS**

APROVADO POR:

Prof^ª. Orientadora M^a Clara Oliveira Figueiredo
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO

Prof^ª. Esp. Maria Dalva Silva Ribeiro
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO

Prof. Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO

Dedico esse trabalho a Deus pelo dom da vida, a minha família pelo total apoio, in memória de Francisca, minha vó, aos amigos e todos aqueles que creditaram confiança e que acreditam no meu potencial. A mim que por muitas vezes me vi apreensiva pensando em desistir, mas com o apoio dessas pessoas que confiaram, me mantive firme todo esse tempo. O meu muito obrigada a todos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas habilidades que me deu nesta existência, as quais serviram para realização deste trabalho, e de muitos na caminhada acadêmica, pois sem ele eu não teria conseguido.

Gratidão aos meus pais Tereza e Ribamar por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou e por estarem ao meu lado. A minha vó que mesmo hoje não estando mais presente fisicamente mas se faz presente em meu coração e me dando força para que eu chegasse até aqui. Ao mês irmãos e em especial minha irmã Eva, que iniciou essa caminhada junto a mim, mas hoje já está formada, agradeço a parceria todos esses anos de estudo e de vida.

Agradeço imensamente minha orientadora, Maria Clara por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar. Também agradeço a minha amiga Vanessa que sempre me ajudou com sua paciência e que por muitas vezes se fez presente me aconselhando e procurando me apoiar quando eu precisava mesmo sem dizer, ela sabe o quanto sou grata.

Agradeço também a Tereza Waléria, técnica que me acompanhou durante o período de estágio, pessoa a qual eu tenho uma admiração imensa, e que por tantas vezes com humildade e paciência me repassou um pouco do seu conhecimento, obrigada Waléria.

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir”

(ROSA LUXEMBURGO, 1970)

RESUMO

Diversas questões sobre gênero e identidade estão no ápice social, devido algumas conquistas da comunidade LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Interssexuais e Assexuados e outras personalidades que se enquadram como outras identidades de gênero, por esta razão, é necessário refletir e analisar como acontece, e quais contribuições do debate de gêneros nos espaços sócio ocupacionais, visando perceber as transformações na vida dos assistidos. Para tanto, a pesquisa de deu inicialmente por revisão bibliográfica, e posteriormente classificada como exploratória, do tipo Survey, pois obtém dados ou informações sobre característica, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, neste caso um questionário, afim de caracterizar melhor o perfil dos assistidos, compreender como vivem socialmente, os motivos pelos quais levaram até o grupo, qual a maior problemática enfrentada, e o que mudou depois, quais as contribuições das ações neste espaço sócio ocupacional. Os resultados mostram que as ações são extremamente importantes, as políticas para o público LGBTQIA+ no município de Juazeiro do Norte tem sido referência para o Estado do Ceará, ações educativas e orientações de direitos têm impactado as comunidades com empoderamento de muitos LGBTQIA+, graças ao Núcleo de diversidade e gênero local, que possibilitou a criação de grupos como o estudado nesta oportunidade, o grupo diversidade sexual do CRAS Timbaúba, evidenciando assim que os espaços socio ocupacionais são realmente relevantes para o debate de gênero e orientação sexual, demonstrando grandes resultados e impactos nessa história de pouco mais de 2 anos, onde veio aportar aos assistidos apoio em diversas estâncias, mostrando que o trabalho de grupo descentralizados na comunidade LGBTQIA+ é onde realmente faz a diferença.

Palavras-chave: LGBTQIA+, Serviço Social, Debate, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Several questions about gender and identity are at the social peak, due to some achievements of the LGBTQIA + community - Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Queer, Intersexuals and Asexuals and other personalities that fit as other gender identities, for this reason, it is necessary to reflect and analyze how it happens, and what contributions of the gender debate in socio-occupational spaces, in order to perceive the transformations in the lives of those assisted. For this purpose, the research was initially carried out through a bibliographic review, and later classified as exploratory, of the Survey type, since it obtains data or information about characteristics, actions or opinions of a certain group of people, indicated as the representative of a target population, through a research instrument, in this case a questionnaire, in order to better characterize the profile of the beneficiaries, understand how they live socially, the reasons why they brought them to the group, what was the biggest problem faced, and what changed afterwards, what are the contributions of the actions in this socio-occupational space. The results show that actions are extremely important, policies for the LGBTQIA + public in the municipality of Juazeiro do Norte have been a reference for the State of Ceará, educational actions and rights guidelines have impacted communities with the empowerment of many LGBTQIA +, thanks to the Nucleus of diversity and local gender, which made it possible to create groups like the one studied in this opportunity, the CRAS Timbaúba sexual diversity group, thus showing that socio-occupational spaces are really relevant to the gender and sexual orientation debate, showing great results and impacts in this story of just over 2 years, where he came to provide support to the assisted people in different locations, showing that decentralized group work in the LGBTQIA + community is who really makes the difference.

Keywords: LGBTQIA +; Social service; Debate; Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CADUNICO	Cadastro Único para Programas Sociais.
CIS	Cisgênero.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça.
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social.
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
GAI	Grupo Arco Iris.
GALOSC	Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri.
GGB	Grupo Gay da Bahia.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis.
LGBTQIA+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Queer, Interssexuais, Assexuados e outros.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social.
MHM	Movimento Homossexual Brasileiro.
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase.
NEPI	Núcleo de Educação, Promoção e Igualdade.
NMEC	Núcleo de Mediação de Conflitos.
NE	Núcleo de Esportes.
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
ONGs	Organização Não Governamental.
ONU	Organizações das Nações Unidas.
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social.
PNHD	Plano Nacional de Direitos Humanos.
PPA	Plano Plurianual.

PROARES	Programa de Apoio às Reformas Sociais.
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
SDH	Secretária de Direitos Humanos.
SEDEST	Secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho.
SEDH	Secretária Especial de Direitos Humanos.
SEDH/PR	Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência.
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
STF	Supremo Tribunal Federal.
SUAS	Sistema Único da Assistência Social.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UBS	Unidade Básica de Saúde.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CAPÍTULO I – MOVIMENTO LGBTQIA+, HISTÓRICO E LUTA SOCIAL POR IGUALDADE	14
2.1	Protagonismo e formação sócio-histórica da população LGBTQIA+.....	15
2.2	Movimento LGBTQIA+ no Brasil.....	18
2.3	Conexões sobre gênero, identidade e feminismo.....	22
3.	CAPÍTULO II – DIREITOS LGBTQIA+, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL	24
3.1	Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e promoção do debate sobre gênero.....	26
3.2	Espaços ocupacionais e o debate de gêneros, possibilidades de intervenção social....	28
4.	CAPÍTULO III – AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL CIDADÃ, PAUTADA NOS DIREITOS HUMANOS E LGBTQIA+	30
4.1	Igualdade de gêneros como direitos humanos fundamentais constitucionais.....	31
5.	METODOLOGIA	33
5.1	Caracterização da Pesquisa.....	33
5.2	Campo de Estudo.....	33
5.3	População e Amostra.....	35
5.4	Procedimentos para Coleta de Dados.....	35
5.5	Análises de Resultados.....	36
6.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
6.1	Grupo de Discussão da Diversidade Sexual no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará.....	37
6.2	Relato dos Assistidos no Grupo Diversidade Sexual do CRAS Timbaúba / Juazeiro do Norte CE.....	40
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8.	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE	48

1. INTRODUÇÃO

Abordagens e diversas questões sobre gênero e identidade estão no ápice social, bem como conquistas do movimento da comunidade LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Interssexuais e Assexuados e outras personalidades que se enquadram como outras identidades de gênero, por esta razão, é necessário refletir e rever os novos conceitos, limites e desafios no panorama atual, a fim de diminuir as incompletudes sociais, por meio da ampliação desse debate como forma de perceber suas interferências nas camadas sociais, sobretudo, no processo democrático, visando enaltecer o princípio da igualdade.

Estas incompletudes, referem-se as formas comportamentais dos homens e das mulheres, marcados por situações de dominação, submissão, disputas de poder, questões inerentes as divisões do trabalho, influência no estatuto social, e a delicada questão quanto a definição da orientação sexual e identidade de gênero, tudo decorrente de pensamentos arcaicos que relacionam órgãos reprodutores a forma de pensar, ser e sentir socialmente, Borges 2009, p. 17), afirma que “nascer de um sexo ou de outro, poderia predestinar as pessoas à concretização de um conjunto bem definido de atividades, influenciadas/criadas pela sociedade, incorporando deste modo, formas de estar e pensar a nossa vivência na sociedade”.

Essas disparidades precisam ser contidas, propagar que “gênero, em seu conteúdo explicativo, fundamental teoricamente e estratégico politicamente para fazer alavancar à consciência social sobre as formas de desigualdades entre as pessoas de sexos diferentes”, Mirales (2010, p. 3). Neste contexto, percebe-se a existência da necessidade de equilíbrio nas relações humanas, já que a diversidade cultural e outros fatores decorrentes do processo histórico, interferem diretamente no bem estar social, desencadeando uma série de problemas que impedem o exercício pleno e cidadã de alguns indivíduos, interferindo nos aspectos físicos e psicológicos principalmente.

Para isto, se tem o serviço social, atuando nas diversas manifestações e questões sociais a qual refletem diariamente em divergências, gerando violência, preconceitos e outros males da sociedade. Por este motivo, é relevante o debate de gênero nos espaços sócio ocupacionais, pois os assistentes sociais podem intervir nessa realidade, atuando principalmente no repasse de informações, capazes de ajudar nas demandas relativas aos gêneros, que não estar restrito à palavra sexo, mas refere-se a construções históricas e culturais da posição social rotulada de ser homem e mulher, relacionado aos aspectos de dominação e submissão, em um longo processo emaranhado de preconceitos.

Já houveram muitos avanços, entretanto, é preciso desconstruir essas desigualdades que prejudicam a ascensão social das diversas camadas, conquista de direitos, liberdade e dignidade para exercerem a cidadania. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar como acontece, e quais contribuições do debate de gêneros nos espaços sócio ocupacionais, com vistas em perceber de que forma pode transformar a vida dos assistidos.

Para tanto, além de embasamento teórico mostrando diferentes pensamentos ao abordar o tema, também há dados de uma pesquisa de campo, com intervenção diretamente em contato com o público do problema da pesquisa, ou seja, pessoas LGBTQIA+ do Grupo de Discussão da Diversidade Sexual no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará, no qual permitirá, observar como se dá as vivências e relações internas que resultam no apoio as diferentes problemáticas lá discutidas e assistidas.

Especificamente, no referencial teórico se deseja descrever o protagonismo e formação sócio-histórica da população LGBTQIA+ brasileiro, apresentar um breve histórico sobre gênero, identidade e feminismo, e falar sobre igualdade de gêneros como direitos humanos fundamentais constitucionais. No próximo capítulo, será dado ênfase na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que possui em uma de suas vertentes, a promoção do debate sobre gênero. Por fim, mostrar os espaços sócio ocupacionais, possibilidades de intervenções e ações socioassistenciais, como forma de contribuir para a construção social cidadã, pautada nos direitos humanos LGBTQIA+.

Espera-se ao final instigar reflexões sobre intervenções do assistente social no debate sobre diversidade de gêneros e sexualidade, embasado na legislação que garante direitos humanos; A atuação *in loco* também é voltada para compreender como estes espaços de debates, influenciam nas relações vivenciadas por essas pessoas em seu cotidiano, bem como como a atuação profissional do Assistente Social no Grupo de Discussão, submetidos, visando mensurar como acontece essa atuação profissional, dando ênfase as ações realizadas, servindo de motivação para os demais CRAS, Assistentes Sociais e toda a comunidade acadêmica que tenha interesse neste público e campo de pesquisa, procurando enaltecer, ampliar e contribuir para mudança no quadro de vulnerabilidade ao qual estes sujeitos estão expostos de maneira geral.

2. CAPÍTULO I – MOVIMENTO LGBTQIA+, HISTÓRICO E LUTA SOCIAL POR IGUALDADE

Tido como um movimento civil e social, composto por ações coletivas que visam defender a aceitação das pessoas LGBTQIA+ na sociedade, onde as diversas representações têm como objetivo principal alcançar mudanças sociais através do debate político, que a muito tempo está em pauta, e em meio muita luta perpassa por longos discursos e enfrentamentos em várias instituições políticas, legislativas e judiciárias, para conceder cidadania e igualdade a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Interssexuais e outras personalidades que se enquadram como outras identidades de gênero.

Os preceitos sobre heteronormatividade¹, neste contexto, entraram em debate duradouro, onde ganhou mais intensidade da década de 1970 para 1980, e aumentou a busca por maior visibilidade como cidadãos que não se enquadra nesses padrões. Ou seja, era preciso desconstruir os comportamentos que associava cada gênero como a única opção válida e normal aceita pela sociedade. “Precisamos nos desfazer desses ideais de gênero, de que tal corpo é natural e os outros são desviantes” (RIBEIRO apud, NOGUEIRA, 2019).

Por isso, diversos movimentos sociais e organizações ao longo dessas quase 5 décadas, desempenharam um papel fundamental no processo de democratização do regime, exigindo liberdade e igualdade existencial perante a sociedade, por participação política, por justiça econômica e pelo reconhecimento de suas identidades, a qual será discorrido durante este capítulo, dando ênfase aos principais marcos históricos, que levaram as conquistas de direitos deste público alvo até os dias atuais, como por exemplo a última e histórica conquista, datada em 08 de maio de 2020, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou norma homofóbica e inconstitucional do Ministério da Saúde que proibia “gays” de doar sangue. O ministro-relator Edson Fachin considerou o conceito “grupo de risco”, “retrógrado e ultrapassado” (GASDA, 2020).

Assim, nos próximos subtemas, trata-se de aspectos sócio-históricos dos que não se identificam com o gênero que lhes atribuíram socialmente, sejam, travestis, transexuais e demais pessoas transgêneras, que têm uma trajetória, árdua, e muito mais antiga do que se pensa, devido muitas das suas conquistas ser recentes.

¹Etimologicamente, a palavra “hétero” em grego significa “diferente” e “norma” se traduz do latim para “esquadro”. Expressa um conjunto de ações, relações e situações praticada por pessoas de sexos opostos. Termo criado em 1991 pelo teórico americano Michael Warner, busca dar conta de uma nova ordem social, exigindo que todos indivíduos – independente de sexualidade – organizem suas vidas conforme o modelo da heterossexualidade.

2.1 – Protagonismo e formação sócio-histórica da população LGBTQIA+

Tudo começa com atribuições de nomes que são determinados ao nascer, e ao passar do tempo, com o amadurecimento da personalidade, com o construir que cada pessoa faz de si, físico e psíquico, partindo de como se sente e da melhor forma que considera para viver, é que inicia as lutas por o direito de tomar posse do que melhor nos representa, tanto externamente perante a sociedade, quanto internamente.

Quando é aprofundado o protagonismo e formação histórica da comunidade LGBTQIA+, percebe-se que “os registros iniciais de homossexualidade são de cerca de 1.200 a.C, de modo que boa parte dos pesquisadores, estudiosos e historiadores afirmam que a orientação homossexual era aceita em diversas civilizações” (SPENCER, 1996). O termo aceita, é utilizado com o intuito de reforçar a existência de homossexuais, porém, em todos os momentos da trajetória LGBTQIA+, em toda parte do mundo, é marcada por bastante violência, perseguições, tortura e direitos usurpados.

A luta pelos direitos mais básicos da população LGBTQIA+, como é denominada atualmente, começa pela definição da sigla, onde já passou por várias mudanças representativas, para que acolha todos os indivíduos que se identificam

Cabe destacar que a sigla mais completa é “LGBTQIA+” em que: L: lésbicas, G: gays, B: bissexuais, T: travestis, transexuais e transgêneros, Q: queer, I: intersex, A: assexuais e o “+” é utilizado para incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras. Porém, para facilitar o entendimento e por ser a forma mais utilizada, o presente trabalho fará o uso da sigla LGBT que consegue englobar grande parte do público envolvido e destaca com clareza o público em questão (FACCHINI, 2005).

Também conhecido como movimento gay, teve sua força intensificada e melhor organização social em meados da década de 60 e 70 nos EUA, e na Europa Ocidental, expandindo-se posteriormente por outros lugares do mundo, por isso, alguns marcos históricos iniciam nestas décadas, mesmo sabendo que muito mais antigo.

Para combater relações homossexuais, existiam códigos penais, “o primeiro registro nesse sentido data do século XIII, no império de Gengis Kahn”, a sodomia² levava à condenação por pena de morte”, (RICHARDS, 1993, p.66-77); Ainda segundo o mesmo autor, era tido como pecado, e passível de morte na fogueira.

²Relação sexual anal entre homossexuais masculinos ou entre um homem e uma mulher.

As ideologias da época corroboravam a percepção da homossexualidade como anormalidade/doença/degeneração que estavam associados a comportamentos criminosos e sádicos, criando um ambiente propício à repulsa social compulsória dos homossexuais em razão da sua visão estigmatizada e excluindo tais sujeitos do exercício da cidadania, uma vez que a cidadania moderna é pautada no uso da razão, por onde aqueles ditos normais podem ser plenamente capazes (linguagem dos Códigos Civis ocidentais) para o exercício de direitos e prerrogativas jurídicas. Os médicos desse período propuseram tratamentos que prometiam a cura deste mal, e os recursos judiciários para a punição destes sujeitos incluíam tratamentos e medidas de segurança nos manicômios mantidos pelo Estado. (RICHARDS, 1993, p.79).

Percebe-se que desde o início a comunidade LGBTQIA+ enfrenta ignorância humana, antes considerado falta de informação, entretanto, ainda há pessoas resistentes em julgar, alegando questões que não se tem controle ou escolha, utilizando doutrinas religiosas, com discursos carregados de ódio e preconceito assim como no início da história, interferindo negativamente na vida deste público.

O contexto da década de 60 e 70, ajudava propagar má influências de legislações preconceituosas provenientes da Inglaterra e Portugal, junto com a Espanha e a França, que dominavam boa parte dos territórios ao redor do globo, depois se estendeu além da Europa. Em meio tudo isso, houve um marco histórico de bastante relevância, que ocorreu após o avanço do nazismo alemão, segundo Settingington:

A população LGBT era levada aos campos de concentração e extermínio, foram mantidos presos juntamente aos judeus e eram marcados com símbolos para sua identificação. Inclusive, dois símbolos do movimento tiveram suas raízes nesse momento histórico: o triângulo invertido de cor rosa, que designava homens gays, e o triângulo preto invertido, para as mulheres “antissociais”, grupo no qual se incluíam as lésbicas. (SETTINGINGTON, 2017, p.23).

Bem mais tarde estes símbolos foram adotados pelo movimento, e até hoje fazem parte do conjunto de símbolos que possuem, significando a resistência das torturas, castrações, terapias de choque, lobotomia³ e até mesmo estupros corretivos, simplesmente pelo fato de alegar que, segundo teorias de médicos e psicólogos nazistas, a homossexualidade seria uma doença de ordem mental.

Dentre situações de muito sofrimento, o episódio que é considerado fundador do movimento, é a Revolta de Stonewall, no qual, em Greenwich Village, nos Estados Unidos. Gays, lésbicas, travestis e drag queens enfrentam a força policial em um episódio que serviu de base para o Movimento LGBT em todo o mundo. (RICHARDS, 1993).

³ Intervenção cirúrgica no cérebro na qual são seccionadas as vias que ligam as regiões pré-frontais e o tálamo, us. no passado em casos graves de esquizofrenia; leucotomia.

Com seis dias de duração, em contraposição as humilhações preconceituosas policiais em Nova York, resultou na criação de dois grupos extremamente importantes nesta árdua história servindo de base em todo o mundo, que foram: Gay Liberation Front (GLF) e o Gay Activists Alliance (GAA). (RICHARDS, 1993).

Além da grande repercussão internacional, ajudou consideravelmente na luta Transexual, tanto pelo fato de ter havido participação de duas travestis na Rebelião de Stonewall (Sylvia Rae Rivera e Marsha P. Johnson), quanto pelas publicações após o ato, como por exemplo: *Transvestia: The Journal of the American Society for Equality in Dress* em 1952, marcando assim, a luta trans nos Estados Unidos.

A vida de homossexuais era tomada pelo medo, visto que batidas abusivas, prisões sem direito a julgamento, sentenças absurdas se tornaram uma realidade comum para essas pessoas. Nessa época, médicos e psicólogos tratavam a homossexualidade como uma doença mental que podia ser curada através de métodos de tortura, como a castração, a terapia de choque, a lobotomia e os estupros corretivos. Apenas em 1990, a homossexualidade foi retirada da lista de classificação de doenças pela OMS e finalmente em 2018 a transexualidade também foi retirada da lista de transtornos mentais (O GLOBO, 2018).

Foi assim e ainda é a dura realidade da comunidade gay, como também é conhecida, como descrito anteriormente no início deste capítulo, a trajetória é bem antiga, e só agora é que as consequências de tanto sofrimento fazem efeitos positivos, como por exemplo a última conquista onde o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou uma norma homofóbica e inconstitucional do Ministério da Saúde que proibia “gays” de doar sangue. (GASDA, 2020).

Como foi visto, de acordo com a história, foram surgindo os símbolos do movimento, dentre eles o símbolo mais pertinente e conhecido, a bandeira de seis cores, considerada o símbolo do orgulho, reconhecimento e cultura LGBTQIA+, mostrando a representatividade de diferentes perspectivas sobre vivência e diversidade humana, além de transbordar uma mensagem de esperança ao mundo.

Foi desenhada no final da década de 1970, pelo artista plástico Gilbert Baker. Inicialmente era composta por oito cores, atualmente são seis listras horizontais coloridas, semelhante ao arco íris, em que cada cor possui um significado específico: o roxo significa o espírito, a vontade e a força; o azul representa as artes; o verde simboliza a natureza; o amarelo é a luz do sol, a luz e a claridade da vida; o laranja representa a cura/saúde e o poder e o vermelho simboliza o fogo, a vivacidade (SIMÕES, 2009).

Assim, o movimento foi expandido no mundo, chegando ao Brasil em meados dos anos 60 com mais força, como será mostrado no tópico a seguir, contudo, com as reivindicações e as pautas do movimento são similares, apesar de que cada país possui sua realidade política e social específicas, podendo diferir em algum momento, mas de maneira geral, a nível mundial

prevalecem a luta por: a criminalização da homo-lesbo-bi-transfobia; o fim da criminalização da homossexualidade (e consequentemente das punições previstas pelas leis que criminalizam a prática); Reconhecimento da identidade de gênero (que inclui a questão do nome social); Despatologização das identidades trans; o fim da “cura gay” e tratamentos de reversão sexual; o direito ao casamento civil igualitário; o direito de adoção para casais homoafetivos; a laicidade do Estado e o fim da influência da religião na política; leis e políticas públicas que garantam o fim da discriminação, fim da estereotipação da comunidade LGBTQIA+ na mídia (POLITIZE, 2017).

2.2 – Movimento LGBTQIA+ no Brasil

Como pergunta Michel Foucault (2016) é inútil revoltar-se? A resposta seria não, para grande parte dos questionamentos, principalmente se for levado em questão o fato de todas as revoluções só começam com um momento de pressão, de repressão, injustiças, medo, e sacrifícios como foi o início das lutas do movimento LGBTQIA+ no cenário brasileiro. Vendo todo os procedimentos deste movimento, ao final, se responde prontamente que vale muito a pena revoltar-se.

O movimento já havia tido grandes repercussões a nível mundial como foi visto no subtema anterior, chegando no Brasil durante a Ditadura Militar (1964 a 1985). Tal repercussão, ajudou consideravelmente neste processo, bem como, as publicações de vários jornais que surgiram nesse período, como por exemplo o jornal *Lampião da Esquina*, criado em 1978, impactaram mais ainda, propagando as ações que aconteciam naquele momento, e que mais tarde amadurecia o movimento gay no Brasil. (FRY, 1993).

No fim da década de 70, um grupo de intelectuais assumidamente gays, dentre eles o próprio Trevisan, valendo-se do arrefacimento de repressão política brasileira, lança aquele que é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual – O *Lampião da Esquina*. A ideia do jornal surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Califórnia. Pode-se dizer que o lançamento do jornal, em abril de 1978, fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizam grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil – O grupo *Somos*. Com seus textos longos e comprimidos em letras pequenas, que só não atrapalhavam mais a leitura porque a vontade de tê-los era maior do que a crítica que podíamos fazer na época, o *Lampião da Esquina* iniciava um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay no Brasil”. (RODRIGUES, 2007 p.69).

Assim, a década de 70 fica historicamente marcada pelo início desse enfrentamento por direitos, destacando o Grupo *SOMOS* – grupo de afirmação sexual e a atuação do jornal do

Lampião, como explicito na citação anterior, com o objetivo de conscientizar a homossexualidade socialmente, buscando desde aquela época difícil, legitimar cidadãos para viver normalmente sua orientação sexual, portanto, considerados o marco zero brasileiro do movimento. A última edição do jornal foi a público em julho de 1981, deixando reflexões sobre a atuação de militância dos vários grupos que surgiram após se encorajar na atuação do SOMOS. (FRY, 1993).

Datando 42 anos de muita luta e merecedoras conquistas, as quais serão mostradas a seguir. É importante destacar que, a partir da existência deste grupo, e partindo das publicações jornalísticas, surgiram vários outros grupos, organizados em diversas partes do país. Dentre estes novos grupos, vale destacar, em 1981, a fundação do jornal ChanacomChana, formado desta vez, por lésbicas, onde tinha sua maior circulação no Ferros' Bar, lugar de grande circulação do público LGBTQIA+.

Porém, as fundadoras foram expulsas 1983, simplesmente por não ser aprovadas pelos donos do bar, gerando desconforto, e resultando em mais um ato político que ficou conhecido como *Stonewall Brasileiro*, provocado pela proibição da comercialização deste jornal, por esta razão, no dia 19 de Agosto é “comemorado” o dia do Orgulho Lésbico em São Paulo. (FACCHINI, 2005, p.102).

A década de 80 foi marcada por medo, insegurança e perseguições que inviabilizou a continuidade de muitos grupos formados a partir do SOMOS, provocando assim, dificuldades para desenvolver-se, principalmente em conseguir novos integrantes e se manter financeiramente, diminuindo o número de grupos. Além de tudo isso, foi um momento em que HIV / AIDS ganhou disseminação grandiosa em meio a população gay, dificultando mais ainda a situação, fator este que teve um poder grande de desmobilização das propostas de liberdade sexual, no qual, até o último dia 08 de Maio, o Supremo Tribunal Federal derrubou norma homofóbica e inconstitucional do Ministério da Saúde que proibia “gays” de doar sangue, justamente por este fator.

Em 1990 as parcerias com o Estado em relação ao combate à AIDS consolidaram-se e deram força ao aumento de grupos ativistas, principalmente de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT, lançando campanhas pelo reconhecimento legal das relações homossexuais e pelo enfrentamento à discriminação e à violência contra os mesmos, popularizando o termo “homofobia”. É o momento de surgimento e consolidação das Paradas do Orgulho LGBT. (MENDES, 2010).

Momentos em que o público homossexual ganha destaque por seus grandes movimentos, realizadas principalmente por os grupos organizados de maneira descentralizada,

no qual, conforme os anseios locais lutavam por espaço, autonomia e pela liberdade de viver socialmente sem atender aos padrões sociais heteronormativos.

De acordo com a escritora Regina Facchini, existe a divisão do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em dois momentos, o primeiro nas décadas de 70 e 80, e o outro de meados dos anos 80 até os dias atuais. Ambos com características similares de atuação de grupos descentralizados, sem liderança definida, seguindo os preceitos e necessidade de cada região, como o grupo GGB – Grupo Gay da Bahia que surgiu no final dos anos 70 e resiste até hoje, outro exemplo é o grupo ATOBÁ – Movimento de Emancipação Homossexual, o GAI – Grupo Arco Iris de Conscientização Homossexual, ambos do Rio de Janeiro, - dentre vários outros grupos responsáveis por várias conquistas ao longo de suas ações históricas.

É por esta razão, também que mais uma vez se destaca a relevância de escrever sobre o Grupo de Discussão da Diversidade Sexual do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará. Toda esta história é marcada por ações locais, onde o contexto e a realidade de cada sociedade gay é acolhida por grupos que propagam informações, encontros, assistências sociais básicas, realizam eventos e asseguram a representativa nas comunidades a qual atuam.

Por isso, é difícil definir os objetivos do Movimento LGBTQIA+, pois de acordo com cada grupo, com cada contexto social e político é que são listados e priorizados, entretanto de forma geral pode-se ressaltar:

- criminalização da LGBTfobia;
- fim da criminalização da homossexualidade e das penas correlatas;
- reconhecimento social da identidade de gênero;
- fim do tratamento das identidades trans como patologias;
- fim dos tratamentos de “cura gay”;
- casamento civil igualitário;
- permissão para casais homoafetivos adotarem crianças;
- respeito à laicidade do Estado e fim da influência religiosa nos processos políticos;
- políticas públicas pelo fim da discriminação;
- fim dos estereótipos LGBT na mídia e representatividade da comunidade nos meios de comunicação. (FACCHINI, p. 121, 2005).

Historicamente já houveram muitas vitórias, estes objetivos já poderiam ser alterados, entretanto, não devemos nos deter ao passado, e sim as conquistas recentes nos quais são bastantes preponderantes, como por exemplo:

No Brasil, até a década de 1980 o chamado “homossexualismo” (com o sufixo –ismo, utilizado para designar doenças) ainda era visto como um transtorno sexual pelo Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. Assim, o Grupo Gay da Bahia iniciou, no ano de 1981, uma campanha em nível nacional para a **despatologização da homossexualidade**, obtendo

<p>vitória em 1985 frente ao Conselho Federal de Medicina. Este processo aconteceu cinco anos antes de a OMS retirar a homossexualidade de sua lista internacional de doenças.</p>
<p>O Grupo Triângulo Rosa, defendeu a utilização do termo “orientação sexual” contra o até então socialmente utilizado “opção sexual”, a ideia era incluir menções ao termo na Constituinte de 1987, mais particularmente nas políticas que vetam a discriminação. Apesar de não conseguir atingir este objetivo em nível nacional, o termo passou a fazer parte de legislações municipais e estaduais.</p>
<p>Nas Leis Orgânicas de 73 municípios e nas constituições dos Estados de Sergipe, Mato Grosso e Distrito Federal foram incluídas a proibição de discriminação por orientação sexual;</p>
<p>Publicação no Relatório Anual do Departamento de Estado dos Estados Unidos das denúncias de violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais;</p>
<p>Realização das Paradas do Orgulho LGBT por os diversos grupos representativos, são uma importante conquista do movimento no Brasil, reunindo um grande público a cada ano e trazendo ainda mais visibilidade para a comunidade.</p>
<p>Os procedimentos de redesignação sexual, também conhecidos popularmente como “mudança de sexo”, do fenótipo masculino para o feminino, passaram a ser autorizados pelo Conselho Federal de Medicina. Assim, desde 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a cirurgia para os brasileiros. Em 2010, o processo de redesignação do fenótipo feminino para o masculino foi aprovado e passou a ser atendido pela rede de saúde pública. Entretanto, a fila de espera pode ultrapassar os 20 anos, de modo que a maioria das pessoas busca por soluções privadas, quando há condição financeira para tanto.</p>
<p>Realização no Brasil da 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas.</p>
<p>A união civil estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo são algumas das mais importantes conquistas do Movimento LGBTQIA+ brasileiro. O casamento entre homossexuais foi legalizado, em 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça.</p>
<p>O direito à adoção de crianças e adolescentes;</p>
<p>Utilização do nome social e as mudanças de registro civil para a população de transexuais e travestis também é outra importante conquista do Movimento LGBT. Desde 2009 os nomes sociais podem ser utilizados no SUS e, desde 2013, é permitido o uso no Enem. Já em março de 2018, o STF determinou que os indivíduos transgêneros fossem permitidos a alterar, oficialmente e em cartório, seus nomes e registros de sexo.</p>
<p>Em 08 de maio de 2020, ganhou o direito a doar sangue. O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou norma homofóbica e inconstitucional do Ministério da Saúde que proibia “gays” de doar sangue. O ministro-relator Edson Fachin considerou o conceito “grupo de risco”, “retrógrado e ultrapassado”.</p>

Fonte: CELI, Renata. Movimento LGBT, o que é, história e muito mais. (2019). Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/07/movimento-lgbt-o-que-e/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

2.3 Conexões entre gênero, identidade e feminismo

Debater sobre gêneros e identidade dentro da sociedade LGBTQIA+ e não mensurar as abordagens feministas neste processo histórico no Brasil e no Mundo, é desagregar/ omitir parte da história. Por esta razão, ao discutir sobre preconceitos, a origem do conceito de gênero, sua adoção entre pesquisadoras e críticas que tem suscitado, faz-se necessário interligar estas lutas as do movimento gay no Brasil.

Na década de 70, quando o movimento chegou ao Brasil, os grupos formados para lutar por liberdade de orientação sexual, contou também em um momento de sua história com o apoio feminista, principalmente na formação do feminismo brasileiro na segunda metade do século XX. Além disso, é preciso enaltecer as conexões entre o feminismo e o conceito de “feminismo transgênero”, ou simplesmente “transfeminismo⁴”, mais uma vez, fortalecendo a relação feminista com definições de gênero e identidade.

O conceito enfatiza as “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” e remete à ideia de construção sócio simbólica das relações humanas. O grande número de pesquisas envolvendo este conceito deram origem à um campo de estudos próprio: os estudos de gênero. (SCOTT apud GROSSI, 1999, p. 4).

Portanto, definir gênero é compreender o objeto de estudo do feminismo e de grandes pesquisadores, nesta oportunidade resumidamente será abordado as relações de gênero, identidade com o feminismo, a fim de não omitir as contribuições feministas negras para a comunidade LGBTQIA+. O termo “gênero” foi utilizado pela primeira vez para expressar uma diferença social e psicológica entre homens e mulheres na década de 1950, pelo psicólogo John Money (BUTLER, 2003), e desde então, já passou por diversas definições, pois é relativo à crença de quem utiliza.

Identidade de gênero é o gênero com que a pessoa se identifica. Há quem se perceba como homem, como mulher, como ambos ou mesmo como nenhum dos dois gêneros: são os chamados não binários. O cisgênero é quando a pessoa se identifica com o mesmo gênero que lhe foi designado no nascimento, transexual e/ou transgênero se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi designado no nascimento (NOGUEIRA et al, 2010).

Quando o real conceito de gênero é entrelaçado ao de identidade, aplica-se ao feminismo ao mesmo tempo em que se aplica ao movimento LGBTQIA+ porque desfaz a

⁴Corrente do feminismo voltada especialmente às questões da transgeneridade. O transfeminismo nasce da aplicação de conceitos transgêneros ao discurso feminista, e do discurso feminista sobre os conceitos da transgeneridade; e tem suas raízes no feminismo negro, trazendo como um de seus conceitos centrais a interseccionalidade.

crença de que há um modelo universal de mulher ou de homem, abre caminhos que constroem identidades de gêneros viáveis a sociedade, rompendo os padrões sociais e biológicos, (homem x mulher, igualdade x diferença, natureza x cultura) (BENTO, 2006).

Essa forma equilibrada de entre identidade de gênero e feminismo diminui algumas incompletudes sociais acerca do ser homem e ser mulher, sem relacionar órgãos genitais, sexo, e outros fatores decorrentes de pensamentos ultrapassados, de forma mais clara, entendem-se que algumas correntes feministas ajudam romper estes pensamentos, aqui não será abordados diversas linhas feministas, o intuito é amadurecer ideias e enaltecer comportamentos propostos com o movimento feministas, especialmente, as que ampliam e fortalece a visão e:

Percepção sobre quem são as mulheres, deixar de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passar a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais. (COLLINS, 1990; DUCILLE, 1994).

Esta é a principal relação de identidade de gênero e feminismo. Assim como o movimento gay teve sua história descentralizada e espalhada por diversos grupos, varias representações intelectuais pelo mundo, o feminismo também teve essa construção, e inclusive paralela aos marcos históricos LGBTs, entre os anos 60 e 80 principalmente. Momentos na história interligam a luta dos homossexuais, dentro do movimento feminista, onde mulheres homossexuais desejavam sentir-se verdadeiramente contempladas socialmente, e aos poucos, feministas lésbicas se auto-organizavam.

Baseado na literatura de Oliveira (1998) e Scott (1995), o conceito de gênero é relacional e político, não se limita as bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade, o que de forma alguma se restringe à sexualidade. Por isso, as questões de gênero são tão debatidas e precisam ser propagadas, para desconstruir o mal entendimento de relacionar gênero aos órgãos genitais ou orientação sexual.

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxxs. E a exigência ao direito universal pela autodeterminação, pela autodefinição, pela autoidentidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a autoexpressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (FREITAS, 2005, p. 1).

De maneira extraordinária, e resumida o texto de Aline Freitas, publicado a 15 anos atrás, representa o que de fato deseja-se socialmente em se tratando de determinação de gênero e identidade e feminismo, usando um pensamento transfeminista brasileiro. Qualquer que seja sua personalidade, ou opinião, não se pode generaliza-la, ou reduzi-la, existem várias correntes de pensamentos feministas sobre gêneros, entretanto, o respeito a maneira que o outro vive socialmente deve prevalecer sobre qualquer debate.

Mais importante do que conceitos, e do que pensam exteriormente, acredita-se que, qualquer que seja o indivíduo, importante mesmo é o reconhecimento interior de como melhor se sente. Graças a conquistas de direitos nesses quase 50 anos de luta, hoje é possível adequar-se, é possível mudar se houver o sentimento interno de que seu corpo não está alinhado com o que pensa e sente, daí acontece a busca exterior daquilo que sentem em seu interior. Por isso a pessoa trans vai se portar conforme o que reconhece ser seu gênero. Mulheres transexual adotam nome, aparência e atitude feminina, os homens trans adotam nome, aparência e atitude masculina, e assim, prevalecerá o respeito pessoal de cada um.

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, ahistórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração. (SAFFIOTI, 2005, p. 39).

Por fim, se evidencia, que as lutas feministas iniciadas antes do surgimento do Movimento LGBTQIA+, serviram de alicerce e abertura de caminhos que inspiraram ativistas LGBTs, a subverterem normas culturais dominantes padronizadas, possibilitando o debate sobre sexualidade, gênero, orientação sexual e outros temas a princípio proibidos, que incomodavam muito mais socialmente, mas que já venceu bastante batalhas.

3. CAPÍTULO II – DIREITOS LGBTQIA+, POLÍTICAS E SERVIÇO SOCIAL

Sabendo do longo processo da história para reconhecimento dos direitos LGBTQIA+, e pela necessidade de políticas públicas que atendam as demandas deste público alvo, de forma assistencial básica, é que este capítulo foi estruturado. Uma vez que mediante os direitos alcançados citados anteriormente, se faz necessário levar informação e assistência a cada um cidadão, sejam os que se enquadram no grupo, ou não, pois existe a violação dos direitos e a omissão da prestação dos serviços públicos se dá nas duas vertentes, primeiro por não haver

pleno acesso à informação, e segundo pelo fato da omissão políticas eficazes já estipuladas por lei, no qual muitas vezes são cobradas apenas por grupos locais representantes da categoria.

É onde entra a ação do serviço social e o CRAS – Centro de Referência e Atenção Social com o suporte para atender os indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. É com esse propósito que funcionam as categorias atendidas pelo serviço, contudo ainda não é tão eficaz quando se trata do público LGBTQIA+, primeiro porque no sistemas ainda não foram adequados formas de especificar esta categoria social, entretanto, os que procuram os serviços são atendidos como integrantes de determinada família, já que no que “refere-se à redação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), existem impasses no que concerne à efetivação de direitos da população LGBT, por exemplo, tem-se o subtítulo “Família e Indivíduos [...]” (BRASIL, 2004, p. 20).

O serviço não exclui na prática, entretanto, precisa ainda amadurecer sua adaptação, pois só reconhece as mulheres chefes de núcleos familiares, é preciso atendimentos específicos para famílias formadas por casais de pessoas do mesmo gênero, com ou sem filhos/as, biológicos/as ou adotivos/as, além de serem suprimidas as famílias monoparentais, onde a/o mãe/pai é LGBT. A PNAS ainda referencia a categoria gênero relacionada apenas às mulheres, com subdivisões por idades, dificultando a possibilidade de reconhecimento das configurações de conjugalidade e parentalidade de LGBTs.

Por este motivo, compreender como se dá o atendimento a categoria LGBTQIA+ é extremamente importante, e se estes não são atendidos em conformidade com suas necessidades devem ir a público cobrar assistência devida. Ainda se tratando de política pública para a população LGBT, é importante dizer que o Sistema Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico, no qual registra e faz a catalogação de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza brasileira, reconhece o registro de família homoafetivas normalmente, sem nenhuma restrição, inclusive registro de filhos adotivos por homossexuais quer esteja com cônjuge ou não, uma pessoa sozinha, já caracteriza uma família, “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio” (BRASIL, p. 13, 2011).

Atendimentos e registros estes, extremamente importante para reconhecimento desta comunidade, oportunizando que as políticas públicas federais, estaduais e municipais sejam acessíveis e promovam a melhoria da vida dessas famílias. A essência da busca pelos direitos e das políticas assistencialistas, é o trabalho coletivo em rede, em prol não só dos cidadãos LGBTQIA+, mas de todos os cidadãos vulneráveis.

Outras funcionalidade importante é a prestação de atividades governamentais, que influenciam a vida dos cidadãos, como por exemplo O CRAS no qual é a referência inicial, articulando sua função a outros órgãos municipais, como o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com o atendimento especializado em se tratando de alguma violência, podendo assistir com atuação advocatícia, também. O CENTRO POP podendo auxiliar alguma demanda de rua, algum integrante que sofra violência na rua. A CASA DO POVO para emissão de documentos pessoais para quem não tiver, para ajudar as mulheres TRANS que deseje ter acesso a mudança de nomes. Além de tudo isso, o repasse de informações, cultiva a cultura do respeito, construção da verdadeira identidade na sociedade, independente de arranjo familiar, para não ser visto só como uma população promíscua, que só pensa em sexo, prostituição e drogas, o intuito é mostrar que estas pessoas tem espaço, direitos sociais, e sobretudo são seres humanos antes de uma identidade de gênero e antes de uma orientação sexual.

3.1 – Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e promoção do debate sobre gênero;

De acordo com os pouquíssimos trabalhos acadêmicos publicados com esta temática, a assistência social nasce no Brasil dentro de uma cultura histórica de paternalismo, clientelismo e caridade, sendo suas primeiras ações vinculadas a instituições religiosas ou de benemerência, com ações fragilizadas, descontínuas e de caráter compensatório, assistencialista e filantrópico (IAMAMOTO, 2008; CARVALHO, 2010).

Em toda a literatura ao pesquisar sobre Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é compreendida enquanto uma política social e de direito cidadã até a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Provenientes de sua origem em meio ao assistencialismo, à benemerência, e à filantropia praticados pelas damas da burguesia e/ou entidades religiosas de amparo e caridade aos/às pobres e necessitados/as.

Somente em 1988 a assistência social é reconhecida como política pública, tripé da seguridade social, junto à saúde e a previdência social. A política pública de assistência social se organiza a partir de normas, critérios, princípios e diretrizes consubstanciadas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), criada em 1993. (BRASIL, 2004). Ao passar do tempo a Assistência Social sai de uma visão filantrópica para os direitos do cidadão, com vistas em promover prevenção, proteção, promoção e a inserção cidadã, por meio de suas ações, criando a proteção social básica e a especial.

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742, trouxe um caráter de maturidade legal para os serviços socioassistenciais. Nela consta os objetivos e princípios da Política de Assistência Social, preconizando, a Lei nº 8.742/93 ainda institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). No ano de 2003 acontece a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que delibera a construção e a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, (BRASIL, 2004).

Sistema a qual passa a ser um modelo de gestão, descentralizado e inclusivo, implantando uma nova lógica de organização das ações socioassistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, incluindo seus membros, indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidas pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitarem e pela sua complexidade.

Desta forma, a proteção social básica direciona a atenção às famílias através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que poderão operacionalizar ações junto às famílias e indivíduos com serviços, programas e projetos junto ou em parceria com as entidades não governamentais da rede da Assistência Social, integrando assim a rede de proteção social. No qual, o grupo de debate e discussão de diversidade sexual pesquisa foi idealizado partindo de ações destas políticas implantadas, assim, atua nas relações sociais, sendo pertinente compreender como essa política reconhece e lida com a perspectiva de gênero, transexualidade, com mulheres e demais integrantes LGBTQIA+.

De maneira geral a intenção é minimizar as demandas de vulnerabilidade social e violações de direitos nos territórios. Em se tratando de risco e vulneráveis é que se enquadram os/as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) se consolidam enquanto usuários/as da política em questão.

Portanto, as ações dos CRAS, precisam abarcar esta população de modo integral, sejam acoplados em família, sejam de maneira individual, mesmo teoricamente, abordando as famílias com mulheres chefes, sejam famílias formadas por casais de pessoas do mesmo gênero, com ou sem filhos/as, biológicos/as ou adotivos/as.

Dentre as perspectivas de atendimento nos centros de referência social é interessante que promova discussões que contemplem temáticas como: acesso a direitos, padrões de beleza, desigualdades de gênero, violência contra mulher, direitos LGBTQIA+, sobrecarga feminina nos cuidados com as famílias, resgate da história de mulheres importantes, tanto na sociedade quanto no território em questão, entre outras, propagando informações a todos os usuários, pois informação também pode melhorar a qualidade de vida.

A incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas foi insuficiente para mudar a concepção de família, e de mulheres como cuidadoras e mães, uma vez que gênero ainda aparece como sinônimo de mulher e há diferenças entre políticas de gênero e políticas para mulheres. Ignorando essa diferença o Estado pouco faz para mudança da ordem patriarcal e de transformação das desigualdades de gênero. (SILVA; TAVARES, 2015, p 03).

Os autores denunciam uma das falhas na Política Nacional da Assistência Social (PNAS), referente a concepção de família, de mulher e de gênero. Demonstrando que precisa ser adequado muitas de suas vertentes conceituais para que não seja um sistema homofóbico ou venha omitir a existências de outras personalidades, outros usuários que não enquadrem nestes termos antigos.

Entretanto, dependendo da gestão que esteja a frente desses serviços, a prestação de apoio, assistência, proteção e outros objetivos destas políticas assistencialista, chegam de forma ampla em todos os indivíduos e usuários que necessitam ser assistidos, como é o caso do Campo de Pesquisa explorado neste trabalho acadêmico, a qual, servirá de exemplo para outros equipamentos, não só na cidade de Juazeiro do Norte CE, mas todos os que se interessem pela prestação de serviços aos LGBTQIA+, desconfigurando e indo além das questões que norteiam apenas mulheres chefes de famílias como reconhecidas nas categorias predominantes como público alvo do SUAS, o que contribui para exclusão e discriminação sofridos nos serviços de proteção social brasileiros por demais públicos.

3.2 Espaços ocupacionais e o debate de gêneros, possibilidades de intervenção social

Ao considerar essencial o debate sobre gênero, suas limitações, direitos, formas de conquistá-los e intervir socialmente, deve-se considerar os espaços as quais essas ações são executadas. A maior parte por assistentes sociais, em CRAS, ambientes muito valiosos, principalmente em se tratando de lugar de discussões e disseminação de informação.

Os assistidos nesses locais, são pessoas em situação de risco social, pessoas que não tem estrutura e conhecimento suficiente de lutar por seus ideais sociais espontaneamente, de maneira autônoma, estes somente através das necessidades básicas, e de instruções é que conseguem ter acesso os direitos mais básicos, como até documentos pessoais por exemplo.

Essa é uma das grandes funções, dos espaços socio ocupacionais a qual se fala nessa pesquisa, pois é este ambiente que acolhe o público alvo aqui estudado, pessoas da comunidade LGBTQIA+, que por aproximadamente 2 anos tem assistência social, palestras, oficinas, e demais atividades ofertadas com vistas em melhorar a qualidade de vida dos integrantes.

Nesse momento, ao falar sobre os espaços socio ocupacionais dos assistentes, não se pode deixar de mencionar, os processos sociopolíticos que condicionam o modo como o Serviço Social se insere na sociedade capitalista, excludente, e altamente seletiva. Ao pensar sobre isto, deve-se fazer uma análise do papel do assistente social em meio a esse cenário.

enquanto cidadão, o assistente social deve enfrentar esse processo que aumenta a exclusão e as desigualdades sociais. Enquanto trabalhador, ele deve enfrentar a tendência de redução do seu principal campo de trabalho e de flexibilização do seu contrato. Enquanto profissional ligado fundamentalmente às políticas sociais estatais, deve se contrapor à tendência de precarização e privatização de seu instrumento privilegiado de ação. Enquanto profissional que dirige sua intervenção para as classes trabalhadoras, num contexto de complexificação e ampliação das sequelas da “questão social”, o assistente social deve procurar manter os princípios de universalidade, incondicionalidade e solidariedade das políticas sociais, denunciando e enfrentando, com competência intelectual e coragem política, o modelo de reforma neoliberal, onde não há espaço para respostas estatais universais e centralizadas à “questão social” e onde o profissional de Serviço Social deve ser um politécnico contratado para dar respostas multifragmentadas (setoriais e microespaciais), conciliadoras e doutrinadoras. (MONTANO, 1999, p. 76).

O autor expõe as várias formas que o assistente social precisa atuar, percebe-se que não é fácil, e que exige muitas habilidades intelectuais principalmente, para lidar com as desigualdades sociais desses espaços. Além disso, o profissional precisa de capacitação intelectual para trabalhar em prol do público, ao mesmo tempo em que se apropria de saberes na prática, o que irá ter efeito positivo ao seu crescimento e desenvolvimento.

Outro ponto relevante, é sobre o serviço social no enfrentamento das expressões e dimensões contraditórias do fazer profissional, pois a todo momento existem debates de concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas. Exige também um disposição para está em constante pesquisa e estudo de como atuar, de como proceder conforme as demandas que for aparecendo.

Por fim, nota-se que os trabalhos nos espaços ocupacionais são extremamente importantes para a sociedade, entretanto exige muito do profissional em Serviço Social para que seja realmente utilizado os conhecimentos corretos e procedimentos adequados nas mais variadas questões sociais dos assistidos, um verdadeiro desafio para fazer funcionar como deve ser de fato cada um dos grupos. De maneira geral, precisa fazer jus ao SUAS, deve assimilar criticamente os conhecimentos e contribuições, assumindo protagonismo histórico na elaboração de saberes teóricos, técnicos e políticos que subsidiam os avanços da assistência social no país.

4. CAPÍTULO III – AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL CIDADÃ, PAUTADA NOS DIREITOS HUMANOS LGBTQIA+

O serviço social direcionado a este público, seja em escolas, ONGs, CRAS, CREAS, contribui em larga escala na vida desses indivíduos, é uma atuação profissional bastante relevante nas lutas locais por direitos, representatividade, combate ao preconceito, e discriminação em todos os âmbitos, como será mostrado no último subtema desse capítulo, antes discorrerá sobre igualdade de gêneros como direitos humanos fundamentais constitucionais, e logo depois todos os dados referentes ao Grupo de Discussão da Diversidade Sexual no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará, enfatizando de que maneira transformou a vida dos assistidos, comprovando de fato que essas ações produzem uma construção social cidadã, pautada nos direitos humanos.

Destaca-se a forma de surgimento do grupo por meio de pessoas ligadas ao serviço social, com criações de leis municipais para assegurar sua repercussão com profissionais condizentes, além de relatos de usuários/as, que tiveram participação durante todo o processo de criação, demonstrando a atuação profissional do assistente social como uma ferramenta poderosa no fortalecimento dos indivíduos e na promoção de mudanças sociais, enfatizando sempre que cada assistido são tidos como personagem de uma longa história, são sujeitos detentores de direitos civis, sociais e políticos no qual precisam apenas de orientação para ascender socialmente.

Esses profissionais intervêm na realidade destes sujeitos de forma a entender suas ações, buscando a efetivação do projeto de emancipação humana, sendo necessário analisar o sujeito em sua totalidade, envolvendo as dimensões econômicas, políticas, culturais ideológicas etc., buscando desconstruir todas as formas de exploração e opressão, contrapondo-se às diversas expressões do preconceito, discriminação, arbítrio e violências simbólicas e físicas. (SILVA, 2015, p. 17).

É com esse pensamento que este trabalho foi direcionado, pois ainda existe resistência em relação as produções, debates e reflexões, para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social quanto as questões pertinentes à população LGBTQIA+. Já mudou bastante esse cenário, contudo, são poucas as produções acadêmicas com esta temática, e pouco reconhecimento das atividades socioassistenciais inerentes ao público em questão.

Mais importante ainda, que produzir sobre o tema, é atuar na prática, pois os resultados são magníficos na comunidade, pode-se citar melhorias no processo de atender, ter um lugar propício para que eles possam recorrer, profissionais para acompanhar e intervir na

resolutividade dos diversos problemas as quais eles enfrentam, e o Serviço Social, enquanto profissão, também se faz presente neste contexto.

A negativa e/ou despreparo do atendimento de casos emblemáticos de violência homolebotransfóbica, a não utilização do nome social da travesti e do/da transexual, assim como a proibição do uso de roupas referentes ao gênero que se identifica, a dificuldade no uso de banheiros femininos e/ou masculinos de acordo com a identidade de gênero, as 'chacotas' com os traços de lésbicas e gays e, no geral, a invisibilidade das questões específicas dos segmentos LGBT's dão conta do afastamento desta população dos serviços públicos (SILVA, 2015, p. 60).

Por isso, é tão importante a disseminação de informações, atuação social ativa junto aos militantes da comunidade LGBTQIA+. Nessa mesma linha de raciocínio, Almeida (2009, p.126) diz que o enfrentamento da homofobia ou qualquer de suas variantes pelo Serviço Social só se torna possível na medida em que for uma tarefa tomada coletivamente, como componente indissociável do Projeto Ético-Político da Profissão. Portanto, o caminho já foi percorrido com uma significativa mudança positiva, de maneira coletiva, pois as demandas da população LGBTQIA+, não compete apenas a tais sujeitos, familiares e amigos, mas como uma questão social que precisa de enfrentamento por todos/as.

4.1 Igualdade de gêneros como direitos humanos fundamentais constitucionais

Falar de igualdade, quando não necessariamente se é igual, sobre o que precisa ser igual / normal, não é fácil, principalmente, quando se fala da identidade de gênero de uma pessoa, já que é uma condicionante pessoal de cada um, e que muitas vezes, não é respeitado em sociedade, devido ao modo como ele se sente, situa-se ou se identifica no mundo com o gênero, masculino ou feminino, que melhor se enquadre em sua realidade ou sua personalidade.

É preciso analisar as discriminações em função do gênero e o princípio da igualdade, a fim de observar a evolução deste princípio no que se refere a combater estas discriminações de forma ativa e concreta, pois o princípio da igualdade na visão jurídica, também é denominada como princípio da isonomia, não é limitado as questões de gêneros, porém, prevê tratamento justo para os cidadãos, indiferente de cor, raça, gênero, credo ou condições financeiras, buscando igualar a todos para que por vontade própria busquem de forma igualitária tanto oportunidades profissionais, financeiras ou pessoais.

É assim que deveria ser socialmente, assim que cada um deveria pensar, entretanto, é um princípio antigüíssimo mas que não faz parte da nossa realidade, a todo momento somos inferiorizados por os mais motivos supérfluos, que vai desde o tipo de cabelo, cor, posição financeira até o gênero que se escolhe para lhes representar.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 7º afirma que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”, uma das maiores leis que sustentam este princípio existe a muito tempo, do mesmo modo que no Brasil também existe desde a Constituição Brasileira de 1934, no artigo 113º, I onde diz que “todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosa ou ideias políticas”, contudo, nunca foi assim, e não é esta realidade a qual estamos expostos, desde o início desse trabalho acadêmico ficou bastante nítido a luta incansável dos diversos grupos LGBTs, pela conquista de direitos básico, dentre eles, até o de ir e vir livremente.

Em muitos momentos não se pode agir com igualdade, pois nem tudo é sobre ser igual, e sim sobre respeito. Como afirma Celso Ribeiro Celso “por serem diferentes, em alguns momentos haverão forçosamente de possuir direitos adequados a estas desigualdades”. Trazendo esse pensamento para as questões de gêneros, pode-se aplicar, por ser gêneros “distintos” dos padrões sociais, ao mesmo tempo em que se cobra legitimidade de direitos aos poderes, se cobra respeito entre os indivíduos.

É muito perceptível os contrastes entre as leis de igualdade social, e o que se vê, no Brasil e no mundo, um exemplo bem notório é saber que “72 países, ainda existem leis que criminalizam relações homossexuais e expressões de gênero. Apenas um terço das nações contam com legislação para proteger indivíduos da discriminação por orientação sexual” ONU (2018). Ainda há grandes desafios para ser vencidos, portanto, não há isonomia, são 5 décadas de uma luta constante, no qual, precisa ser intensificada, até que o mundo entenda que não se deve rotular uma pessoa por nenhum dos seus aspectos, apenas é preciso respeito.

As pessoas trans, de gênero não conforme, lésbicas, gays e bissexuais, afetadas por formas múltiplas e interseccionais de discriminação (incluindo baseada na idade, gênero, etnia, deficiência e status social), estão sofrendo com a falta de acesso a seus direitos econômicos, sociais e culturais e estão sendo efetivamente deixadas para trás”.(ONU, 2018).

Portanto, segundo a Organização das Nações Unidas, boa parte ainda da comunidade LGBTQIA+ não tem acesso aos seus direitos, por esta razão, é complexo falar em igualdade de gênero, de direitos e relaciona-los ao princípio da isonomia. Visando diminuir essas injustiças a ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), prevê a garantia de que “todos os homens e mulheres, em particular os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos”, dentre

os 17 objetivos temos o 5º relacionado a igualdade de gênero, e o 10º sobre a redução das desigualdades, tais objetivos e metas estimularão ações para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, espera-se que sejam cumpridas o quanto antes, e esses 72 países citados no parágrafo anterior revejam suas ações.

5. METODOLOGIA

5.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa realizada trata-se de um estudo descritivo/ exploratório, por se tratar de objeto de estudo amplamente discutido pela literatura nas últimas duas décadas, com acervo considerável de obras que abordam a temática. Quanto a natureza classifica-se como qualitativa, pois de acordo com Minayo (2007) caracteriza-se no estudo de questões muito particulares, preocupando-se com as ciências sociais, de acordo com o nível de realidade em que não dispõe de dados quantificados, ou seja, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais amplo das relações dos processos e dos fenômenos.

Para tanto, a pesquisa partiu da pesquisa bibliográfica através da maior biblioteca virtual de aprendizagem, a internet, fazendo seleção de conteúdos relevantes para embasar teoricamente, devidamente referenciados como orienta as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), com vistas em enfatizar entendimentos contextuais com os científicos, “sem esquecer-se da representatividade, centrando-se na compreensão da dinâmica da realidade, envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”, (GIL, 1999).

Quanto aos meios que foram utilizados para realização, destaca-se a pesquisa Survey, “pois obtém dados ou informações sobre característica, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”, segundo TANUR apud PINSONNEAULT & KRAEMER, (1993).

5.2 Campo de Estudo

A pesquisa terá dados do grupo Diversidade Sexual do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, inaugurado em 2008, localiza-se em Juazeiro do Norte CE; inicialmente funcionava como Polo de Convivência com várias atividades culturais para crianças e adolescentes. Com o tempo, surgiu a necessidade de ampliar o atendimento no

prédio, tornando-se CRAS, após ser contemplado com equipamento proveniente do Governo Federal, através do PROARES - Programa de Apoio às Reformas Sociais, assim, os atendimentos foram ampliados, conseqüentemente aumenta os assistidos por a Política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contempla atualmente cerca de cinco mil (5.000) famílias, considerado, portanto um equipamento de grande porte, por isso o CRAS Timbaúba, um dos motivos pelo quais foi escolhido para realização da pesquisa. Em geral o atendimento abrange seis bairros: Timbaúba, Leandro Bezerra, Pio XII, Limoeiro, Fatima e Juvêncio Santana, como também os bairros que hoje encontram-se como área descoberta. Esses bairros apresentam os maiores números de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, são de difícil acesso, problemas de infraestrutura, saneamento básico, moradias ocupadas na sua maioria, por invasões, caracterizando assim, um público bastante carente, e que necessitam bastante dos serviços assistencialistas.

Resumidamente, o CRAS faz acolhimentos, recepção de novos usuários em situação de risco social, realiza cadastramento de família, orienta e encaminha para os demais serviços oferecidos pela rede de serviços socioassistenciais, acompanhamento psicossocial, atendimento individual por meio de entrevistas e visitas domiciliares, assiste grupos sócio educativos de crianças, mulheres, idosos e adolescentes, grupo de Juventude e Diversidade, de acordo com a demanda local, grupos através de palestras, oficinas, debates ou cine debates e atividades lúdicas, por fim, o acompanhamento das famílias as quais têm acesso a diferentes benefícios disponibilizados pelo equipamento, além de fazer atendimento e visitas domiciliares para a concessão do Auxílio Natalidade, BPC – Benefício de Prestação Continuada e PBF- Programa Bolsa Família.

Esses grupos sócios educativos existentes e ativos, possuem encontros semanais, com duração média uma hora cada, no qual são feitas orientações e intervenções sociais distribuídos de acordo com a classificação que em geral são divididos em: gestante, crianças de 03 a 05 anos, crianças de 06 a 09, adolescentes de 10 a 13 anos, e de 14 a 17 anos, grupos de mulheres, idosos e o grupo de Juventude e diversidade, público alvo deste trabalho acadêmico. O CRAS Timbaúba, operando com uma equipe reduzida, composta por uma coordenadora, uma Psicóloga, três Assistentes Sociais, dois educadores físicos, dois vigias, um porteiro, um auxiliar de serviços gerais, uma cozinheira, uma recepcionista, um facilitador de artes, seis educadores sociais.

5.3 População e Amostra

Para obter dados assertivas e coletar informações relevantes para atingir os objetivos, foram realizados uma amostra de nove participantes enquadrados na Comunidade LGBTQI+, com faixa etária de 23 a 39 anos, ser integrantes do grupo Juventude e Diversidade do CRAS TIMBAÚBA de Juazeiro do Norte CE, no qual, é a população investigada. Requisitos estes, usados como critérios de inclusão na seleção das participantes.

Todos foram devidamente informados sobre os objetivos e métodos adotados para a realização da pesquisa, assumindo caráter voluntário, além disso, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que pode ser conferido nos apêndices ao final do trabalho, o fizeram de livre e espontâneo desejo de contribuir com este trabalho acadêmico, com ética, responsabilidade e sabendo da possível propagação dos resultados colhidos.

5.4 Procedimentos para Coleta de Dados

O instrumento utilizado para a coleta dos dados dos participantes foi um questionário, que pode ser definido como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas, segundo Gil (1999, p.128). Ou seja, ele tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, sobre o assunto norteador da pesquisa.

O questionário é composto inicialmente por perguntas que caracterizam melhor os integrantes da comunidade LGBTQI+ assistidos no referido CRAS, voltadas para traçar o perfil deles e como vivem socialmente, outras perguntas são para compreender sobre os motivos pelos quais levaram eles até o grupo, qual a maior problemática enfrentada, o que mudou depois dos encontros, o que esperam e quais as contribuições das ações neste espaço sócio ocupacional.

Para tanto, é necessário seguir algumas orientações para proceder a pesquisa, de acordo com Minayo, são:

Em primeiro lugar o cuidado de definir alguns conceitos fundamentais usados na prática das Ciências Sociais para construir o quadro teórico da pesquisa. Em seguida a construção do objeto como um labor teórico e como esforço prático de informação, crítica e experiência. E propor depois uma discussão sobre o instrumento de apreensão dos dados empíricos e de entrada exploratória no campo da investigação. Chamamos atenção para o tema de Amostragem Qualitativa que costuma ser um dos pontos de maior impasse para o investigador. (MINAYO, 1999, p.91).

Portanto, após definir aspectos importantes da pesquisa, como características, tipo de instrumentos para então ser elaborado para proceder a pesquisa, principalmente, criar o

instrumento (questionário) para ir a campo condizente com o público investigado e baseado nos objetivos a serem atingidos.

Toda a coleta dos dados ocorreu após o esclarecimento do tipo de estudo e objetivos, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, conforme as normas éticas previstas na Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, contendo todas as informações necessárias sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa.

5.5 Análises de Resultados

Por fim, após aplicação foi realizado uma leitura aprofundada de todos os questionários respondidos, com a finalidade de ordenar e organizar as informações por meio de análise empírica. Depois ordenado de forma descritiva, procedendo-se à categorização por questões, para ser embasadas com literatura de autores que questionam e debatem cientificamente, para enfim, ser apresentados, pois analisar resultados requer:

Várias operações cognitivas – buscar informações, colher dados, distinguir o que é conceito, argumento, pressuposto, fato, opinião ou juízo de valor; verificar se as relações entre argumentos e conclusões são pertinentes; discernir e comparar o tratamento do mesmo assunto em diferentes autores; comparar suas próprias ideias com as do autor e tirar conclusões; aplicar o conhecimento obtido à solução ou à discussão de um problema, etc. (ARAÚJO; CALUZI; CALDEIRA, 2006, p. 103).

Desta maneira, discorreu a análise dos resultados, buscando seguir o raciocínio anterior dos autores da citação, com vistas em expor os dados colhidos da melhor forma, para que se faça jus aos objetivos e esteja coerente com o trabalho desenvolvido.

6. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com vistas em atingir o objetivo de analisar e mostrar como acontece, e quais contribuições do debate de gêneros nos espaços sócio ocupacionais, percebendo de que forma pode transformar a vida dos assistidos, os resultados foram divididos em 2 subtemas as quais o primeiro trará informações do grupo de diversidade sexual do CRAS Timbaúba, para situar os leitores, ao mesmo tempo em que discorre da história de mais de 2 anos de luta de algumas representações juazeirenses para manter esse trabalho tão promissor.

Vale Ressaltar que nesse primeiro subtema, as informações foram colhidas *in loco*, tanto no campo de pesquisa, como extra campo, onde a estudante de Serviço Social, atualmente

orientadora social, Brenda, relata desde o início como surgiu o grupo, quais eram as metas iniciais, até o que temos hoje.

Logo depois, há dados colhidos entre os assistidos, após aplicação de um questionário, com o intuito de mostrar como as ações desenvolvidas dentro do grupo, transformaram a vida deles, enfatizando mais uma vez, os impactos positivos que ajudaram diminuir problemas que interferiam diretamente no bem estar social, desencadeando uma série de problemáticas que impediam o exercício pleno e cidadã de alguns indivíduos, além de ter repercussão nos aspectos físicos e psicológicos principalmente.

6.1 Grupo de Discussão da Diversidade Sexual no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará

O Centro de Referência de Assistência Social Timbaúba, foi inaugurado em 2008, localiza-se em Juazeiro do Norte CE; inicialmente funcionava como Polo de Convivência com várias atividades culturais para crianças e adolescentes. Com o tempo, surgiu a necessidade de ampliar o atendimento no prédio, tornando-se CRAS, após ser contemplado com equipamento proveniente do Governo Federal, através do PROARES - Programa de Apoio às Reformas Sociais, assim, os atendimentos foram ampliados, conseqüentemente aumenta os assistidos por a Política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contempla atualmente cerca de cinco mil (5.000) famílias, considerado, portanto um equipamento de grande porte, por isso também o CRAS Timbaúba, foi escolhido para realização da pesquisa. Em geral o atendimento abrange seis bairros: Timbaúba, Leandro Bezerra, Pio XII, Limoeiro, Fatima e Juvêncio Santana, como também os bairros que hoje encontram-se como área descoberta. Esses bairros apresentam os maiores números de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, são de difícil acesso, problemas de infraestrutura, saneamento básico, moradias ocupadas na sua maioria, por invasões, caracterizando assim, um público bastante carente, e que necessitam bastante dos serviços assistencialistas.

De forma sucinta, o CRAS faz acolhimentos, recepção de novos usuários em situação de risco social, realiza cadastramento de família, orienta e encaminha para os demais serviços oferecidos pela rede de serviços socioassistenciais, acompanhamento psicossocial, atendimento individual por meio de entrevistas e visitas domiciliares, assiste grupos sócio educativos de crianças, mulheres, idosos e adolescentes, grupo de Diversidade Sexual, de acordo com a demanda local, desenvolve atividades como palestras, oficinas, debates ou cine debates e

atividades lúdicas, por fim, o acompanhamento das famílias as quais têm acesso a diferentes benefícios disponibilizados pelo equipamento, além de fazer atendimento e visitas domiciliares para a concessão do Auxílio Natalidade, BPC – Benefício de Prestação Continuada e PBF-Programa Bolsa Família.

Esses grupos sócios educativos existentes são ativos, possuem encontros semanais, com duração média uma hora cada, no qual são feitas orientações e intervenções sociais distribuídos de acordo com a classificação que em geral são divididos em: gestante, crianças de 03 a 05 anos, crianças de 06 a 09, adolescentes de 10 a 13 anos, e de 14 a 17 anos, grupos de mulheres, idosos e o grupo de Juventude e diversidade, público alvo deste trabalho acadêmico. O CRAS Timbaúba, nesse momento de pandemia está operando com uma equipe reduzida, composta por uma Coordenadora, uma Psicóloga, três Assistentes Sociais, dois Profissionais de Ed. Física, dois Vigias, um Porteiro, um Auxiliar de Serviços Gerais, uma Cozinheira, uma Recepcionista, um Facilitador de Artes e seis Educadores Sociais.

É nesse ambiente que Grupo de Discussão da Diversidade Sexual funciona, tem mais ou menos 2 anos de existência, e aproximadamente 20 integrantes todos membros da comunidade LGBTQIA+, que assiduamente, participam dos encontros. O grupo é fruto de ações do Núcleo Diversidade e Gênero em Juazeiro do Norte CE, As informações seguintes foram repassadas pela Orientadora Social, Brenda Vlasack, como descrito no apêndice 1 ao final do trabalho.

Foi a partir da Coordenadora Raiana Cavalcante do CRAS João Cabral, que manifestou o desejo de enaltecer pessoas da comunidade LGBTQI+ depois que apreciou a atuação de uma TRANS dando palestra, notou que naquele equipamento existiam muitos usuários LGBTQI+ que não eram assistidos devidamente, apesar de ser direito da família de forma geral.

Na gestão seguinte, e com o desenvolvimento de um projeto chamado juazeiro sem preconceito, onde vários integrantes da comunidade LGBTQI+ puderam debater e expressar seus anseios, e a partir de um diálogo com, Sandoval Barreto diretor da pasta de Proteção Social Básica, foi aberto um grupo representativo inicial com algumas travestis, transsexuais, gays, no qual foi ganhando força pouco a pouco.

Partindo dessas ações, surgiu o *Primeiro Núcleo de Diversidade e Sexualidade*, no qual contava com uma assistente, psicóloga, facilitadores fazendo as intervenções nos CRAS, nas escolas, nas UBS, no ano de 2018. Nesta composição inicial havia um homem Trans como Assistente Social após passar numa seleção municipal, e Pedro Alencar, um Gay não binário psicólogo que fizeram parte da primeira equipe, dando protagonismo a comunidade dentro do próprio núcleo. Para o Núcleo poder ter legitimidade, tiveram que ser formado 3 núcleos, o

NEPI - Núcleo de Educação Promoção e Igualdade Racial, o Núcleo de Mediação de Conflitos-NMEC e o Núcleo de Esportes (NE), esses três reuniram-se com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para apresentar os objetivos de cada núcleo para entrar para o novo organograma da Proteção Social Básica e da SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho, tudo com o intuito de legitimar, após o projeto ser levado para a Câmara dos Vereadores para ser votado e depois sancionado.

Só que como os outros 3 foram aprovados primeiros, e o grupo de diversidade e gêneros faz parte de incluir, emancipar dar visibilidade a população jovem LGBT, não recebeu a aprovação logo de imediato, mas foi continuado os trabalhos. O segundo grupo foi formado no CRAS Frei Damião e posteriormente em outros Centros de Referencial Social (CRAS). Hoje só existe este grupo ativo no CRAS Timbaúba, a qual serviu de base para início deste trabalho.

Inicialmente o foco era apenas a comunidade LGBTQI+, só que o CRAS atende adolescentes até 17 anos, e eles sofrem Lgbtfobia e outros problemas dentro e fora da família, depois disso eles se tornam jovem ou migra para outros grupos como o de mulheres, gestantes, enfim, para dar assistência a todos, sem exclusão e pensando em incluí-los e atraí-los o grupo tomou nome de Juventude e Diversidade visando emancipá-los, qualifica-los através de capacitações, resgatar alguns jovens para as escolas, como aconteceram em várias intervenções no qual conseguimos levar esses jovens ociosos para o mercado de trabalho, até a escola e faculdades, contemplando assim o maior número de usuários seja ele de qualquer arranjo familiar.

A essência do núcleo é o trabalho coletivo em rede, acionar políticas públicas, somar as atividades governamentais, que influenciam a vida dos cidadãos. O CRAS é a referência inicial, mas funciona articulado a outros órgãos municipais, como o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com o atendimento especializado em se tratando de alguma violência, pode assistir com atuação advocatícia, por exemplo. O Centro Pop pode auxiliar alguma demanda de rua, algum integrante que sofra violência de rua. A Casa do Povo ou Casa do Cidadão, para emissão de documentos pessoais para quem não tiver, para ajudar as mulheres Trans por exemplo, podem ser assistidas também. Além do repasse de informações, cultiva a cultura do respeito, construção da verdadeira identidade na sociedade, independente de arranjo familiar, para não ser visto só como uma população promíscua, que só pensa em sexo, prostituição e drogas, o intuito é mostrar ao bairro, a cidade que estas pessoas têm seus direitos, são seres humanos antes de uma identidade de gênero e antes de uma orientação sexual.

Para tanto, era feito o intercâmbio entre várias instituições, este trabalho de rede, para que chegasse informação onde é necessário, seja em Escolas, CRAS, UBS, além de dá uma

assistência aos integrantes da comunidade LGBTQI+ também capacitava as instituições de como trata-los, recepciona-los para melhorar a convivência socialmente.

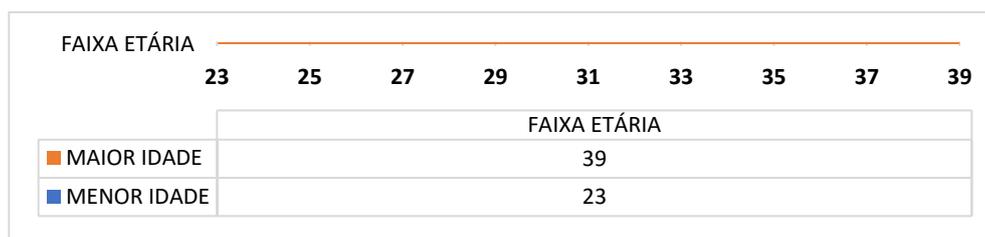
Os recursos que mantiveram esses trabalhos, foram os que são destinados aos CRAS, conforme a demanda, da mesma forma que é destinado para desenvolver trabalhos com os idosos, com as mulheres, crianças, também contempla o grupo de diversidade juventude (Juvento de Diversidade) porque abrange todos, principalmente aqueles que estão nas famílias, ociosos, mas que nem está no grupo de mulheres, idosos, adolescentes e nem crianças, podendo ser de terreiro, de matrizes africanas e pode ser LGBTQI+, por isso que de maneira geral são classificados como Juventude e Diversidade, e os repasses são feitos normalmente inseridos para manutenção dos equipamentos.

Ao todo eram 5 grupos divididos nos Cras Frei Damião, Triângulo, João Cabral, Aeroporto e Timbaúba. Hoje resta apenas o grupo do Cras Timbaúba ativo, devido desistência mesmo da população, quatro grupos se evadiram, mas todos os Cras de Juazeiro do Norte CE ainda prestam assistência a todos os usuários que precisar do equipamento, inclusive as ações realizadas são referência para o Estado do Ceará.

Hoje os eventos as quais realizam, antes da pandemia, são rodas de conversas, cine debates, oficinas, sarau da juventude, desfile TRANS, passeios extra Cras, e a Semana da Diversidade com vários eventos, audiências públicas, palestras filmes no qual são realizados antes da Parada do Orgulho LGBT de Juazeiro do Norte CE.

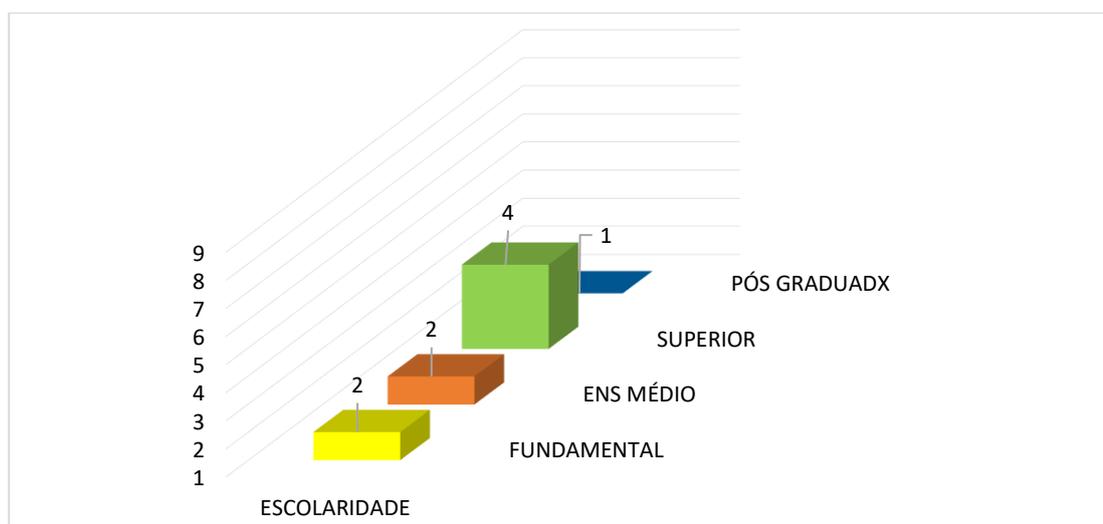
6.2 Relato dos Assistidos no Grupo Diversidade Sexual do CRAS Timbaúba / Juazeiro do Norte CE

Mostrar como essas ações transformaram a vida dos assistidos só é possível quando há lugar de fala, eles melhor que ninguém podem relatar as principais mudanças após o grupo. Para isso, foi realizado 13 perguntas que vão desde a questões de identificação do perfil participativo, até abordar quais eram suas maiores dificuldades antes dele, e quais foram suas maiores conquistas depois de participar, e o resultado foi o seguinte:



Fonte: Dados da pesquisa

Ao todo foram 09 entrevistados, com faixa etária média de 23 anos até os 39 anos de idade. Contudo existem participantes com idade superior. O número de integrantes do grupo é de 15 a 20 pessoas, e não foi possível o acesso a todas elas devido as consequências e limitações da pandemia. De acordo com o Grupo Gay da Bahia, essa é a faixa etária da maior parte das vítimas, “foram computados 5,8% menores de 20 anos e 3,9% idosos com mais de 60, representando 90,7% os LGBT+ mortos na flor da idade, entre 20-50 anos” (GGB, 2019, p.16).



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a escolaridade, foi entrevistado participantes com ensino fundamental, até pessoas pós-graduadas, integrantes do grupo desde o início. Ou seja, todos conseguem dominar uma compreensão maior sobre direitos e deveres de acordo com a escolaridade, podendo até desenvolver ações maiores dentro do grupo e fora dele, como desenvolvimento de pesquisas que abordem o tema. No ano de 2019 por exemplo foram registrados “304 dissertações e teses, encontradas na base de dados do CNPq, voltadas ao debate sobre o tema, revelando frequentes situações de ódio, repulsa, aversão à população alvo, quando os casos nem sempre apontam para tal premissa” segundo o Grupo Gay da Bahia (2019, p.27).

Todos afirmaram que já sofreram algum tipo de homofobia, entre lésbicas, Trans, Gays e BI. Em conformidade com os dados sobre homofobia em todos os âmbitos, ainda segundo o Grupo GGB (Grupo Gay da Bahia), no qual é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, existe uma serie de agressões homofóbicas, resultando a maior parte em mortes, segundo o grupo “em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (GGB, 2019).

Esses dados são apenas sobre mortes, ainda há dados que revelam agressões físicas, incitações verbais, dentre várias outras formas homofóbicas existentes. Portanto, mesmo hoje os integrantes tendo maior conhecimento sobre direitos e como se defender nesses casos, ainda lidam com estes desconfortos sociais.

Ao perguntar sobre a aceitação social da identidade de gênero e orientação sexual, as respostas se alternaram entre sim, são aceitos, e entre parcialmente, deixando nítido que ainda há resistência social nessa aceitação, e que é preciso continuar os trabalhos nesse sentido, principalmente, no que se refere a disseminação de informações.

Sabe-se que as necessidades de vida vão além disso, é necessário estudar, conhecer, mas também é necessário ingressar no mercado de trabalho para ter dignidade, e a resposta quanto a questão de inserção no mercado de trabalho, se houve dificuldades, ou nunca ingressou, se há preconceito ainda, foram positivas, apenas um integrante dos 9 relatou que já sofreu bastante preconceito no ambiente de trabalho, mas os demais não, neste momento não se sabe, se é devido não ficar tão explícito a idade de gênero ou orientação sexual, as mulheres Trans sofrem mais devido condições físicas, ou se de fato havia respeito, fato é que segundo o Grupo Gay da Bahia, a comunidade LGBTQIA+ vem se identificando e “exercendo 60 profissões, porém, não deixa de ser preocupante que a atividade mais praticada pelo segmento trans sido a prostituição, refletindo o grau de exclusão das travestis e transexuais no mercado de trabalho” GGB (2019).

De acordo com os dados colhidos na pesquisa, os participantes deixaram explícito que tiveram muita dificuldade, as afirmativas mais consistentes foram que já contaram a alguns de seus colegas sobre sua orientação sexual, enquanto os outros ainda não falaram a ninguém. Outros não ver necessidade de falar sobre no trabalho, ou não gostar de falar sobre a vida pessoal. Por fim, afirmaram já ter sofrido algum preconceito no trabalho.

“Quanto ao mercado de trabalho é complicado, pois se falamos sobre não se conseguimos emprego. Muitas vezes, nos vemos obrigados esconder nossa orientação para poder conseguir trabalhar, principalmente, quando se nota padrões tradicionalistas. O grupo me ajudou entender que independente de sexualidade, orientação ou gênero a empresa deve analisar as condições profissionais e não pessoais”. (SOARES, 2020).

Esta problemática não é tão preocupante entre os que fazem o grupo em estudo, entretanto, devemos lembrar que as dificuldades de acesso a oportunidades de trabalho e renda, no mercado formal, principalmente, constitui obstáculo para a construção de projetos de vida mais concretos e, em certa medida por empurrar as pessoas as condições para o subemprego e até estratégias marginais de sobrevivência e, uma vez expostas a tais situações pode ser vítima de violência e morte, infelizmente, como os vários casos propagados nas mídias.

O grupo tem aproximadamente 3 anos de existência, desde 2018 está ativo, houve uma parada nesse primeiro semestre devido a pandemia, contudo já são praticamente 3 anos de prestação de serviço a comunidade LGBTQIA+, por isso, ao questionar como eram os integrantes antes do grupo, como era seu nível de conhecimento sobre seus direitos LGBTs, as respostas foram:

- ✓ Ganho de postura social;
- ✓ Conhecimentos sobre direitos civis;
- ✓ Empoderamento;
- ✓ Conquista do apoio da família;
- ✓ Conquista do nome social;
- ✓ Conhecimento sobre a história LGBTQIA+;
- ✓ Assistência para exercício da cidadania LGBTQIA+;
- ✓ Saber como proceder para o casamento Gay;
- ✓ Entender como se dá adoção entre casais Gays;
- ✓ Como agir em casos de violência homofóbica;
- ✓ Ingresso na Escola / Faculdade;
- ✓ Motivação para ascender socialmente.

A articulação das palestras, oficinas, cine debates, excursões, sarau da juventude e demais ações realizadas no grupo, proporcionou aos integrantes todos os aspectos anteriores. Onde os profissionais do Equipamento CRAS Timbaúba estão sempre promovendo atividades que vão desde ao enfrentamento do eu, da aceitação de cada um, até como se comportar socialmente e demonstrar conhecimento para que sejam respeitados;

Por fim, se evidencia que os espaços socio ocupacionais são realmente de extrema importância para o debate de gênero e orientação sexual, demonstrando grandes resultados nessa história de pouco mais de 2 anos, onde veio aportar aos assistidos apoio em diversas estâncias, mostrando que o trabalho de grupo descentralizados na comunidade LGBTQIA+ é quem realmente faz a diferença, quando esses grupos estão entrelaçados com o serviço social e espaços sócio-ocupacionais a repercussão é mais positiva ainda, como percebe-se no Grupo Diversidade Sexual do CRAS Timbaúba.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência dos estudos seria analisar como acontece, e quais contribuições do debate de gêneros nos espaços sócio ocupacionais, com vistas em perceber de que forma pode transformar a vida dos assistidos. Acredita-se que como ocorre no Grupo de Diversidade Sexual, ficou muito nítido, bem como as contribuições das atividades desenvolvidas por mais de dois anos, explicito no item anterior.

A história da comunidade gay, é marcada pela atuação de grupo descentralizados, e este grupo em especial em Juazeiro do Norte, tem feito a diferença nesta comunidade, o que espera-se servir de exemplo para outros equipamentos, outras cidades e demais trabalhos acadêmicos que visem esse público. Pois sabe-se que não existem grupo de debates como este na região cariri, infelizmente, ainda existem grandes disparidades sociais impedindo o exercício pleno da cidadania, então, fortalecer demais pessoas é uma forma de conquistar mais espaço e mais autonomia.

Foi possível compreender no decorrer do trabalho, o protagonismo e formação sócio-histórica da população LGBTQIA+ brasileiro, entender o conceito de gênero, identidade e feminismo, além de falar sobre igualdade de gêneros como direitos humanos fundamentais constitucionais. Entender a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que possui em uma de suas vertentes, a promoção do debate sobre gênero, relacionando tudo isso com os espaços sócio ocupacionais, vendo possibilidades de intervenções e ações socioassistenciais, como forma de contribuir para a construção social cidadã, pautada nos direitos humanos LGBTQIA+.

Além disso, diante da atuação nesse espaço, compreende-se a importância estratégica do trabalho interdisciplinar e da intersetorialidade para efetivação da integralidade dos sujeitos que acessam as políticas públicas. É um trabalho coletivo, no qual precisa cada vez mais reconhecer a necessidade da intervenção conjunta com outros profissionais e com a rede de políticas públicas para assegurar a defesa dos direitos humanos, como foi mostrado nos resultados, é um trabalho em rede, onde o produto final é a garantia de acesso as políticas públicas cidadãs.

O trabalho em equipe é por demais valido, em especial, quando se tem um grupo unido e fortalecido por ideais claros, neste caso, conquistas de direitos humanos, direitos estes advindos de 50 anos de lutas sociais, que infelizmente ainda não chegam a todos os sujeitos da sociedade, contradizendo o princípio da isonomia, e de tantos outros princípios éticos existentes apenas teoricamente. De maneira geral, o maior objetivo é promover políticas públicas com

referência na cidadania da população LGBTQIA+ público prioritário no estudo em questão, que vem se estruturando e crescendo de acordo com a sua realidade.

Serviram de incitação para a produção deste trabalho de conclusão de curso, a vivência com o público, congressos e encontros, além dos relatórios dos campos de estágios a qual também se deu no mesmo CRAS, contribuíram bastante para embasar a construção desta pesquisa. Vale destacar a importância profissional de todo o processo de escrita, já que é um dos campos de atuação do Assistente Social, e um dos objetivos tanto do período de estagio quando da produção do TCC, possibilitar essa vivencia com a realidade da profissão, faz parte do processo de formação o contato com o contexto de trabalho, pois é uma oportunidade de relacionar a teoria e a prática, o que considero de grande valia para encerramento do meu curso.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. **Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais.** Revista O social em questão. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 20, n. 9, p.117-141, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, E. S. N. N. de; CALUZI, J. J.; CALDEIRA, A. M. de A. **Divulgação científica e ensino de Ciências: estudos e experiências.** São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

ASINELLI-LUZ, A. A. da. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORGES, A. R. F. **Gênero – Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?.** 2009. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF%2006/Andreia%20Borges.pdf>. Acesso em 05 de março de 2020.

BRASIL. **Manual do Entrevistador.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda da Cidadania. 3ª edição. 2011.

_____. (2004). **Política Nacional de Assistência Social –PNAS.** Brasília. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

_____. **Art. 113º, I da Constituição Federal de 1934.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/genese-do-principio-da-igualdade/>. Acesso em 4 de abril de 2020.

_____. **Conselho Nacional de Combate a Discriminação** (Brasil). Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 11 set. 2019;

_____. BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Data de acesso: 14 de maio de 2015;

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

CELI, Renata. **Movimento LGBT, o que é, história e muito mais**. (2019). Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/07/movimento-lgbt-o-que-e/>. Acesso em 03 de maio de 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. Boston: UnwinHyman, 1990.

DUCILLE, Ann. **O ocultismo da verdadeira mulher negra: comportamento crítico e estudos feministas negros**. Signs, Chicago, v. 19, n. 3, p. 591-629, Primavera de 1994.

FACHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Garamond Universitária, 2005, p. 121, Rio de Janeiro.

FREITAS, Aline de. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. Mídia Independente, dezembro 2005. Disponível em: . Acesso em: 6 jul. 2013.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade**. Editora Brasiliense. São Paulo, p.21. 1993.

FOUCAULT M. apud MARGARETH R. , SÍLVIO G. (2016). **As Insurreições. É Inútil Revoltar-se?!** Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Michel-Foucault-Insurrei%C3%A7%C3%B5es-In%C3%BAtil-Revoltar-se/dp/8584990828>. Acesso em 20 de Abril de 2020.

GASDA, Elio. **Homossexuais podem doar sangue: solidariedade venceu o preconceito**. Revista Eletrônica / Digital Dom Total.com Disponível em:<https://domtotal.com/noticia/1444314/2020/05/homossexuais-podem-doar-sangue-solidariedade-venceu-o-preconceito/>. Acesso em 12 de maio de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GGB. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.**

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. – São Paulo. Cortez, 2010;

LOURO, G. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDES, Leo. **A história do movimento homossexual brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://lgbtt.blogspot.com.br>. Acesso em 08 de março de 2020.

MINAYO, M. C. S. 1999. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed.- São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro.: EDITORA VOZES, 2007. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> acesso em 13 de fevereiro de 2020;

MIRALES, R. **Algumas reflexões sobre gênero e serviço social. Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidade, Deslocamentos**, agosto de 2010. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275850948_ARQUIVO_textoremetido.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

MONTANO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão**. In. Serviço Social e Sociedade, n.º 59, Ano XX, São Paulo, Mar./1999.

O GLOBO. **Transexualidade sai da categoria de transtornos mentais da OMS**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/transexualidade-sai-da->. Acesso: 30 de março de 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **Discursos sobre a masculinidade. Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-111, jan./jun. 1998.

ONU. (2018). **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional sobre direitos humanos na relação com a orientação sexual e a identidade de gênero**. Disponível em: http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_sp.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2020.

ONU. **População LGBT tem acesso reduzido a direitos sociais, econômicos e culturais**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-lgbt-tem-acesso-reduzido-a-direitos-sociais-economicos-e-culturais-dizem-relatores/>. Acesso em 2 de Maio de 2020.

POLITIZE. **Conheça a história do movimento pelos direitos LGBT**. 2017. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>>. Acesso em 31 março de 2020.

RIBEIRO apud, NOGUEIRA (2019). **Especialistas refletem sobre como a heteronormatividade compromete as relações: coisa de menino (a)**. Disponível em:<

<https://www.geledes.org.br/especialistas-refletem-sobre-como-a-heteronormatividade-compromete-as-relacoes/>. Acesso em 15 de Abril de 2020.

RODRIGUES, José Luis Pinto. **Impressões de Identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil**. Tese de Doutorado, apresentada na Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais Institutos de Letras. p.69, fevereiro de 2007. Rio de Janeiro.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e Filogênese do Gênero**, São Paulo, 2005. Trabalho não publicado.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT J.W apud Grossi. **A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem**. Trad. Élvio A. F. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p04.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, E. L.; TAVARES, M. S. **Desconstruindo armadilhas de gênero: Reflexões sobre família e cuidado na política de assistência social**. Revista Feminismos.Salvador, v.3, n.2 e 3, maio/dez. 2015. 78-90 p.

SILVA, L. L. **Avaliação da Atuação do Serviço Social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte**. 2015. Disponível em: <http://arcus-ufpe.com/files/semcap10/semcap1017.pdf>. Acesso em 10 de abril 2020.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SETTERINGTON, Ken. **Marcados Pelo Triângulo Rosa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2017.

APÊNDICE



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO UNILEÃO
CURSO DE BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Francisca Josileine da Silva de Sousa
 Maria Clara Oliveira Figueiredo

ENTREVISTA ASSISTIDOS DO GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS TIMBAÚBA, JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ.

1. COMO DESEJA IDENTIFICAR-SE? _____
2. QUANTOS ANOS POSSUI? _____
3. GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO: _____
4. VOCÊ JÁ SOFREU HOMOFOBIA? _____
5. DENTRO DO SIGNIFICADO DA SIGLA DA COMUNIDADE LGBTQIA+, QUAL VOCE SE IDENTIFICA?

GAYS LÉSBICAS TRANS BI QUEER INTERSEXO

ASSEXUAIS ARROMÂNTICAS AGÊNERO PAN/POLI

OUTROS QUAL? _____
6. JÁ SOFREU AMEAÇAS DE MORTE, OU AGRESSÃO FÍSICA? SIM NÃO
7. QUANTO TEMPO PARTICIPA DO GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL?

8. A COMUNIDADE QUE VOCÊ VIVE ACEITA SUA IDENTIDADE DE GÊNERO E SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL? SIM NÃO PARCIALMENTE
9. ANTES DO GRUPO, COMO ERA SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE SEUS DIREITOS LGBTs?

10. TEVE INCENTIVO DA FAMÍLIA? SIM NÃO PARCIALMENTE

11. QUANTO A QUESTÃO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, HOUVE DIFICULDADES? OU NUNCA INGRESSOU, HÁ PRECONCEITO AINDA, O GRUPO LHE FORTALECEU DE ALGUMA FORMA?

12. MARQUE SOMENTE OS ASPECTOS EM QUE O GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL LHE FAVORECEU:

INFORMAÇÃO EMPODERAMENTO CONQUISTA DO NOME SOCIAL

SABER DOS SEUS DIREITOS CONHECIMENTO SOBRE A HISTÓRIA LGBTQIA+

ASSISTÊNCIA DA CIDADANIA LGBT COMBATE À HOMOFOBIA

CASAMENTO GAY AJUDOU NA RESISTÊNCIA LGBT SOCIAL

ENFRENTAR VIOLÊNCIA / DISCRIMINAÇÃO

OUTROS: _____

13. FAÇA UMA BREVE ANÁLISE DE COMO ERA SUA VIDA ANTES, E DEPOIS DO GRUPO DE DIVERSIDADE SEXUAL, ABORDANDO QUAIS ERAM SUAS MAIORES DIFICULDADES ANTES DELE, E QUAIS FORAM SUAS MAIORES CONQUISTAS DEPOIS DE PARTICIPAR.
